

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: um projeto de intervenção na gestão escolar

Marcia Batista da Silva ¹

RESUMO

O artigo advém do relatório de estágio construído durante o desenvolvimento do componente curricular ‘estágio supervisionado III, nos anos iniciais do ensino fundamental especificamente no âmbito da gestão escolar, no curso Pedagogia da UFPE/CAA²’ em 2018. Neste objetivamos apresentar a reformulação democrática e participativa do projeto político pedagógico com o intuito de melhorar a qualidade da educação ofertada para os estudantes pelos profissionais que coordenam a instituição escolar. Tomamos como conceitos teóricos: o estágio (PIMENTA, 2005-2006), a gestão (LUCK, 2013) e o PPP (VEIGA, 2003). Como procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do plano de intervenção utilizamos a observação (LUDKE E ANDRÉ, 1986) sobre a equipe gestora e o registro no diário de campo (MINAYO, 2010) das práticas e necessidades vividas no contexto escolar; e para tratar os dados pautamos a análise de conteúdo (FRANCO, 2008). Como resultados foi vivenciado a prática pedagógica em gestão na instituição escolar, formado aprendizagens com os profissionais que coordenam toda a organização da mesma. Também fortalecemos com a intervenção a concepção perante a gestão desenvolver suas ações diárias articulada à realidade da comunidade escolar. Pode ser reformulado as metas, a justificativa, a missão e a visão do PPP, bem como criado programas e demais atitudes didáticas articuladas ao plano de ensino vivido na escola e proposto no PPP. Por fim, temos enquanto considerações que atuar na gestão escolar implica apreender continuamente sobre o indissociável do ‘sistematizado, praticado e refletido’ no PPP.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Gestão Escolar, PPP.

INTRODUÇÃO

Vivênciamos a construção desse artigo a partir do relatório de estágio que foi construído durante o desenvolvimento do componente curricular ‘estágio supervisionado III, nos anos iniciais do ensino fundamental especificamente no âmbito da gestão escolar, no curso Pedagogia da UFPE/CAA’ em 2018. Nesse estudo objetivamos apresentar a reformulação democrática e participativa do projeto político pedagógico com o intuito de melhorar a qualidade da educação ofertada para os estudantes pelos profissionais que coordenam a instituição escolar.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco-PPGEDUC-UFPE, marcia19.b@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste

Para a construção desse estudo utilizamos as discussões sobre prática da gestão democrática, o conceito de estágio e do PPP³ alicerçado em dois eixos: o teórico e o prático, haja vista que ambos não são dicotômicos, mas fazem parte de um mesmo contínuo e estão presentes na atuação em educação. Como também, nos baseamos nas observações realizadas na escola com ênfase na prática desenvolvida pela equipe gestora e na nossa vivência com estes profissionais suas atividades administrativas-pedagógicas.

Para isso, destacamos a relevância do estágio supervisionado, quanto ao aprofundamento da prática do profissional da educação no que se refere a potencialização da formação inicial oferecida nos cursos de formação. Nesse sentido, o desenvolvimento do estágio possibilitou um aprofundamento sobre questões vividas na educação, tanto com os estudantes quanto com a gestora, coordenadora, professores e toda a comunidade escolar, de modo que não tentamos aponta erros e acertos, mas refletir sobre o papel da reformulação do projeto político pedagógico da escola em prol da qualidade do ensino ofertado pela instituição.

Sendo assim, compreendemos o estágio a partir de Pimenta (2005-2006, p. 14) ao afirmar que “ao contraio do que se propugnava, não é atividade prática, mas atividade teórica, instrumentalizadora da práxis, entendida esta como a atividade de transformação da realidade”. Não é apenas um exercício do ensinar como método único e apenas prático em si mesmo, porém é uma atividade de ação e reflexão que provoca avançar nossa prática de acordo com as necessidades surgidas enquanto a desenvolvemos em campo. Dessa maneira, entendemos o conceito de prática docente a partir da práxis produtiva defendida por Vásquez (1977), como sendo a práxis fundamental porque nela o homem, aqui enfatizado o professor e o estagiário, não só produz um mundo humano ou humanizado (...), como também no sentido de que na sua práxis produtiva ele se produz, forma ou transforma a si mesmo através de sua docência em sala de aula.

Logo, nosso artigo está organizado da seguinte maneira: na respectiva introdução expomos o objetivo do texto com uma breve aproximação sobre o conceito de estágio; prosseguimos com a discussão teórica sobre o estágio enquanto uma aprendizagem de mão dupla; e apresentamos os caminhos metodológicos traçados para a produção dos dados. Em seguida, como resultados descrevemos o desenvolvimento; e por fim trazemos algumas considerações finais sobre as aprendizagens construídas e questões desafiadoras para a gestão democrática.

³ Projeto Político Pedagógico

DISCUSSÃO TEÓRICA

O Estágio Supervisionado

Vivenciamos esse relatório sob o olhar da gestão democrática, pois percebemos que ao tratar do projeto político pedagógico essa é a melhor concepção de gestão que mais se aproxima da organização pedagógica tendo esse projeto como fundante dos processos desenvolvidos no âmbito educacional. A gestão escolar tem um importante papel, tendo em vista que é através de suas ações que a escola funciona, que se pensa o processo pedagógico como também se constrói os objetivos de ensino, a cultura organizacional e se coloca em prática diariamente.

Sendo assim, compreendemos o estágio a partir de Pimenta (2005-2006, p. 14) ao afirmar que “ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas atividade teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como a atividade de transformação da realidade”. Não é apenas um exercício do ensinar como método único e apenas prático em si mesmo, porém é uma atividade de ação e reflexão pedagógica que provoca adequar nossa prática de acordo com as necessidades surgidas enquanto a desenvolvemos em campo, abrindo um leque além da prática realizada em sala de aula, para as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola como um todo.

Dessa forma, concebemos a partir de Pimenta (2005-2006) o estágio como uma aprendizagem de mão dupla porque tanto o estagiário aprende com o professor em campo quando desenvolve suas aulas e observações, quanto o próprio professor ou gestor adquire aprendizagens com o estagiário em sua sala. Pois, na medida que dialogam sobre os estudantes, os conteúdos, noções de liderança e a relação de aprendizagem ambos estão se beneficiando desse processo pedagógico.

O estágio na educação, especificamente na gestão, é uma possibilidade de aprendizagem da profissão e da construção da identidade profissional em que o estudante, o estagiário presencia a dinâmica do ensino, da liderança democrática e desenvolve ações práticas, reflete sobre os aspectos didáticos por meio dos referenciais teóricos revisitados e vai se constituindo profissional (PIMENTA, 2005-2006).

A Gestão Escolar Democrática

Nesse sentido, compreendemos por gestão escolar a esfera responsável que “objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais” (LUCK, 2013, p.26). Ou seja, um grupo de pessoas capacitadas para liderar,

através de uma perspectiva democrática e fazendo uso do projeto político pedagógico, os rumos da instituição escolar tendo como principal intuito a aprendizagem dos estudantes.

Entendemos que ato de gerir ou comandar determinados conjuntos de pessoas e processos tecnológicos se iniciou durante o período industrial com o objetivo de controlar o processo produtivo e foi se modificando historicamente conforme a necessidade de determinada função ou trabalho, ao passo que recebeu influência de vários fatores do contexto social onde o capitalismo estava em alta. Assim conforme o tempo se passou formou-se duas importantes correntes de gerências: a técnica e a democrática, quais essas também afetaram a área educacional e suas relações. Verifica-se então que a administração ou gestão escolar se constituiu a parti da administração geral empresarial.

Desta forma a primeira corrente gerencial técnica apresenta que “administração é sempre utilização racional de recursos para realizar fins, independentemente da natureza da ‘coisa’ administrada” (PARO, 2010, p.765). Ou seja, um processo dirigido rigidamente sob o anseio de alcançar determinada meta, onde na maioria das vezes há um sujeito como chefe que comanda todo o processo de gerir e dita às normas para serem concretizadas. Porém compreendemos que a segunda perspectiva, gestão escolar democrática, por sua vez, é desenvolvida levando em consideração os objetivos para serem concluídos, mas também, reconhece o cuidado com as questões e condições humanas, participativas e coletivas inseridas neste processo administrativo, pois administração- gestão democrática, está aqui baseada no contexto escolar, compreende segundo Luck:

À área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados (LUCK, 2013, p.25).

Ou seja, é um processo que necessita da interação e participação de um ser com seu próximo, de modo que não vem a desconsiderar a opinião de fala ou criatividade dos seres envolvidos, mas sim, há um entrosamento dialógico e acolhimento das contribuições que os funcionários de determinada instituição podem fornecer, além disto, não existe um chefe autoritário, mas sim, um líder do coletivo que tem o papel de buscar unir, fornecer e desenvolver junto aos demais sujeitos algumas estratégias e meios benéficos que os ajudem na efetivação do resultado final, sempre levando em consideração as especificidades dos indivíduos incluídos no processo de produção estudantil.

Assim é notória a conceituação de gestão escolar como sendo “a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo,



basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (LIBÂNEO, 2012, p.438). É através de uma boa gestão que se consegue construir uma boa organização pedagógica que realize múltiplas ajudas aos educadores, bem como, desenvolva adequadamente seus papéis principais administrativos e financeiros.

Nesta perspectiva para que de fato haja uma democracia, a gestão, esta aqui direcionada ao campo educacional, tem como aspecto essencial de funcionamento uma organização própria que oriente o trabalho dos professores, sendo um procedimento estrutural dinâmico e político. Diante desse contexto é notório esclarecer que a organização da gestão escolar é entendida como “um conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados” (LIBÂNEO, 2012, p.411).

Desta maneira, é de suma importância a organização escolar realizada pela gestão e dirigida para com os professores, pois contribui para o sucesso da escola, onde desenvolve através de ações um acompanhamento perante o trabalho dos educadores e estes conseguem melhorar suas aulas diárias e conseqüentemente melhora o desenvolvimento dos alunos diante de suas aprendizagens.

Projeto Político Pedagógico

Tomamos o conceito de projeto político pedagógico a partir de Veiga (2003, p. 271) ao expressar que “é visto como um documento programático que reúne as principais ideias, fundamentos, orientações curriculares e organizações de uma instituição educativa ou de um curso”. Dessa maneira, ele é reformulado ou até mesmo construído pela comunidade escolar, com ênfase a gestão e demais envolvidos, no início do ano e serve como uma ferramenta de base para a tomada de decisão e organização pedagógica ao longo do ano letivo.

Concebemos que o projeto político pedagógico é a base fundamentadora para a realizações das atividades escolares. Não se configura enquanto um documento que regula os afazeres, mas que auxilia, subsidia e orienta no desenvolvimento ações organizadas e sistemáticas sobre as questões pedagógicas da escola. Bem como, ele direciona as produções dos planejamentos, projetos didáticos e planos de ensino a partir da ‘missão educacional’ que defende.

Ressaltamos que o projeto político pedagógico da escola é compreendido criativamente como ‘o coração da vida escolar’, é parte do dia a dia dos personagens que ali frequentam e por esta razão necessita ser documentado para acesso contínuo e reformulações frequentes no intuito de manter o benefício ao trabalho dos profissionais da instituição que pertence e na formação que oferece. Dessa forma compreendemos a partir de Veiga (2003) que

o PPP não é algo construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas, ele é desenvolvido e deve ser vivenciado em todos os momentos, desde as ações de recepção dos estudantes a partir do porteiro até direcionamentos do/da gestor/a escolar.

Nessa perspectiva destacamos que o princípio da coletividade da elaboração do PPP, na construção de todas as atividades da escola, iniciando pela própria construção deste projeto, que demonstra a preocupação da instituição com a transparência de ações para com toda a comunidade interna e externa, e realçamos ainda a necessidade de se demonstrar responsabilidade social para com os estudantes, afirmando o compromisso em formar cidadãos ativos, autônomos e políticos (VEIGA, 2003). Com isso afirmamos a luta por processos de formação na escola em que se considere relevante a reformulação desse documento, bem como se busque a vivência daquilo que foi posto a sistematização na direção de articular as atividades curriculares a realidade de vida de seus autores.

Pois, consideramos necessário para a educação contemporânea a sua utilização objetivando um projeto de formação saudável e comprometido com a formação social e integral do ser, uma vez que no PPP são postos os apontamentos didático-pedagógicos que norteiam a cultura organizacional da instituição.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado em uma instituição pertencente ao território campesino de Caruaru-PE que atende desde o 1º ano do ensino fundamental (anos iniciais) até o 9º ano (anos finais) e a EJA em meio aos três turnos escolares manhã, tarde e noite. Assim, para a construção do plano de intervenção no campo da gestão, utilizamos dois instrumentos metodológicos a observação sobre a equipe gestora e o registro no diário de campo sobre as práticas e necessidades vividas no contexto escolar.

Nesse sentido, o ato de observar possibilita entendermos melhor a dinâmica dos sujeitos pesquisados. Desse modo, devido a existência de diversos tipos de observações nas pesquisas qualitativas adotamos a “observação direta”. Porque de acordo com Ludke e André (1986, p.26) “na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar aprender [...] o significado que eles atribuem à realidade que os cerca”. O observador com essa técnica de coleta consegue se apropriar melhor do ‘objeto estudado’(os), como se comportam de acordo com as situações cotidianas e principalmente quais significados atribuem a esse meio em que estão inseridos.



Assim, para registrar essas observações realizadas utilizamos como instrumento o diário de campo. Nesse sentido, segundo Minayo (2010, p. 71) “o principal instrumento de trabalho de observação é o chamado “Diário de Campo”, que nada mais é do que um caderninho no qual, escrevemos todas as informações que não fazem parte de material formal de entrevistas em suas várias modalidades”. O diário de campo não se classifica como um mero instrumento de guardar registro, ele vai muito além, sendo um recurso importantíssimo, o ‘coração’ da pesquisa, mostrando elementos reais de situações presenciadas.

Para a concretização deste estudo utilizamos a técnica de análise de conteúdo, enquanto um primeiro exercício de aproximação metodológica. Sendo assim, Franco (2008, p. 19), afirma que “é a mensagem, verbal, oral ou escrita, necessariamente, ela expressa um significado e um sentido”. O dado é coletado e analisado de maneira qualitativa, onde cada situação e sentimento que apresente uma simbologia de educação e vivência social do sujeito é importante, sendo usada no estudo. Portanto na próxima sessão, utilizando da análise de conteúdo, discutiremos como foi o desenvolvimento das aulas sobre “Manoel de Barros e duas de suas obras” que elencamos os momentos formativos para a nossa prática docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. RELATANDO A EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE INTERVENÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR

Ao chegarmos na sala a organizamos para acolher os participantes no nosso primeiro encontro da reformulação do Projeto Político Pedagógico-PPP, assim colocamos cadeiras de maneira circular e o material em cada uma para facilitar o início da discussão. Ao passo que os envolvidos chegaram e se acomodaram explicamos que o intuito desse encontro seria para a reformulação do PPP da escola, assim por já estarem cientes do encontro e familiarizados com a temática não houve questionamentos.

Em virtude disso a reformulação do PPP de acordo com Veiga (2003, p. 277) “significa enfrentar o desafio da inovação emancipatória ou edificante, tanto na forma de organizar o processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados”. A autora aponta para o cuidado com desenvolvimento do PPP, mas também salienta a importância de uma boa coordenação de execução, uma mediação sistemática e coerente.

Nesse sentido, iniciamos o encontro perguntando para todos os envolvidos, responsáveis pelos estudantes, professores, funcionários da escola e membros da gestão o que eles entendiam por PPP escolar. Então uma professora disse: -“É o projeto político pedagógico da escola” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018). A partir disso, os provocamos



novamente dizendo: -“Certo, e para que ele serve?” Nesse instante um pouco de silêncio tomou conta da sala, mas logo outro professor argumenta: -“Ele guia nossa prática, guia também como a gestora deve trabalhar e tem os objetivos da escola” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018). Diante disso, complemento a fala do docente a partir de Veiga (2003) ao dizer que ele é um meio de engajamento coletivo para unir ações soltas, criando assim um sentido educacional de qualidade e trazendo para instituição soluções frente as diversas demandas do trabalho pedagógico.

Em seguida, a partir desse conhecimento compartilhado e apreendido fechamos a discussão sobre o conceito de PPP e vamos observar o atual da escola entre o coletivo e conforme vamos mostrando o mesmo, também indagamos os envolvidos se concordam com a escrita e as propostas presentes, vamos então adequando aquelas modificações ao documento original pelo notebook e aquelas contribuições mais longas anotamos para incluir nesse PPP posteriormente.

Após essa discussão iniciamos as primeiras modificações mais longas no documento, no tópico “visão da escola” os provocamos a acrescentar mais aspectos relacionados ao trabalho realizado na instituição, sob a perspectiva da inclusão, a inserção dos projetos e demais questões pertinentes para os envolvidos de modo atender suas necessidades diárias. Porque, a partir de uma conversa anteriormente com a gestora e a coordenadora identificamos que essa concepção estava curta e não contemplava os eixos pedagógicos que a escola prioriza. Então precisou-se orientar os participantes durante essa produção, pois mesmo discutindo com coerência o conceito desse tópico no momento da sistematização tiveram uma certa dificuldade.

Ademais, também os questionamos a pensar e reformular a missão da escola, ou seja, substituir o verbo iniciante dessa concepção e melhorar a argumentação escrita da mesma, tendo em vista que ela não contemplou as falas desenvolvidas durante a discussão.

Por fim, reservamos um tempo para cada envolvido terminar de produzir em seu material e ao final solicitamos que cada um socializasse seus feitos de modo a conhecer a produção do colega, também contribuir oralmente, ouvir sugestões para sua escrita e criar um conhecimento não individualizado, mas coletivo e sendo integrante de uma concepção pedagógica participativa que vai iria nortear as práticas do ano seguinte, assim deixando uma reflexão para a próxima intervenção.

É notório que “a elaboração do projeto político pedagógico sob a perspectiva da inovação emancipatória é um processo de vivencia democrática à medida que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela” (VEIGA, 2003, p. 279). Sendo assim, um momento de trocas de ideias por personagens de identidades



diferentes, culturas plurais que objetivam o mesmo, a qualidade da aprendizagem dos estudantes.

No segundo dia de intervenção novamente organizamos o ambiente de modo acolhedor e aguardamos os envolvidos, assim na medida que chegam vamos relembrando o encontro passado e os direcionando para o lanche posto para os mesmos antes do início da discussão e produção. Nesse sentido, com um tempo damos início então a discussão relembrando alguns dos pontos importantes do encontro anterior, como por exemplo, ‘o conceito de projeto político pedagógico’.

Sendo assim, construímos a seguinte pergunta: -“Uma escola que não possui o PPP materializado, digitado e impresso, não tem PPP”? O silêncio reinou um pouco, entretanto insistimos na pergunta e uma professora responde: -“Não, ela possui, porque está incluído indiretamente na vida escolar” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018), mas quando íamos complementar a resposta, outra personagem (professora da sala de recurso) diz: - “Concordo com a colega, mas acho que prejudica não ter impresso na escola, porque a secretaria exige e de fato o mesmo nos guia ao desenvolvermos os projetos e objetivos de ensino que o currículo, e agora também a BNCC, nos propõe” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018).

Depois dessa conversação coletiva propomos um segundo diálogo sobre as metas para a escola, principalmente essas mesmas relacionadas para como ano seguinte de modo a expor os objetivos de aprendizagem que a escola almejava. Na intenção de apresentar as propostas da escola aos professores, os pais e responsáveis pelos estudantes para que eles percebam não apenas como índices a serem atingidos, mas sim como podem ser alcançados em parceria e com qualidade, respeitando as potencialidades de cada discente através de um planejamento articulado a esse projeto político pedagógico.

Além disso, como estávamos tratando do processo de ensino e aprendizagem, emergiu de alguns professores do ensino fundamental II, um projeto de conciliar o Programa Novo Mais Educação com os componentes curriculares ‘ciências, geografia e história’, construir uma aula coletiva, onde os mesmos iriam levar os estudantes para uma aula-passeio pela comunidade, conversando com as pessoas mais idosas sobre o contexto histórico da localidade abordando seu surgimento, expansão, desenvolvimento ao longo do tempo e informações sobre as plantas medicinais que são utilizadas para chás e banhos. E a partir dos conhecimentos adquiridos e relacionados com seus saberes prévios, voltar para a escola com os estudantes com o objetivo de montar na próxima aula coletiva uma feira de conhecimentos, onde uma turma traria as plantas e iria explicar como usá-las a partir do que aprenderam no passeio e a outra apresentaria com a ajuda dos monitores do programa uma dança e uma encenação sobre as histórias ouvidas.



Por outro lado, ao continuarmos a reformulação do projeto político pedagógico, observamos que a justificativa precisava ser ampliada e nela estava ausente o papel da família, então no trecho do texto do PPP que descrevia “a escola ‘educa’ seus alunos”, optamos por trocar esse verbo por ‘forma’ e acrescentar mais elementos, deixando claro a importância da família como membro crucial e parceiro para a construção do conhecimento por parte do estudante e para sua formação ética, moral e cidadã.

Assim sendo, o último tópico que elencamos para a reformulação foi a construção dos projetos, contudo como ao decorrer das discussões houve a elaboração de alguns desses, foi possível avançar nesse ponto e sistematizar mais de um projeto, quais se vivenciam durante o ano letivo. Então no documento trazemos resumidamente a proposta, sabendo que aqueles projetos realizados durante as aulas ou no contra turno devem ser pensados e organizados detalhadamente antes de serem praticados, bem como pontuamos os projetos permanentes da escola (Novo Mais Educação; Mais Alfabetização e Juntos no Mundo Literário) que serão vivenciados no próximo ano.

Logo, ao final desse segundo encontro concluímos as discussões com os participantes e abrimos para algumas observações e sugestões sobre o desenvolvimento do estágio diante dessa temática do PPP da escola, assim os mesmos se posicionaram dizendo: -“Foi bom, um momento de partilhar saberes, foi além da produção do PPP” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018); -“É legal essas formações, conseguimos nos ver no PPP” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018); -“Precisamos de mais momentos assim para debater sobre outras questões” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018); -“Gostei, veja através do PPP, de nossa discussão abordamos a distinção entre práticas na educação” (Diário de Campo, 1ª sessão, outubro de 2018). Ou seja, ouvimos e fomos ouvidas atentamente, não houve dificuldades quanto ao desenvolvimento do projeto de intervenção, pois a gestão acolheu de maneira positiva a proposta, dando total suporte para a reformulação, disponibilizando tempo letivo, materiais didáticos e demais instrumentos, além de participar junto aos professores e demais funcionários dos dois encontros.

Em síntese, nosso objetivo de ‘reformular o Projeto Político Pedagógico’ da escola com os professores e responsáveis, pelos estudantes, a partir das demandas da comunidade campesina e a realidade da instituição escolar’ foi alcançado, isso foi possível graças às sistematizações construídas e as discussões compartilhadas sobre as demandas pedagógicas, pois “é preciso entender que o projeto pedagógico é caracterizado como ação consciente e organizada” (VEIGA, 2003, p. 279) incrementando assim no documento norteador das ações educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, com base no desenvolvimento do estágio realizado na gestão escolar, podemos ter uma melhor experiência sobre a prática pedagógica da instituição como também desses profissionais que coordenam as necessidades e toda a organização da mesma, levando em consideração a relação indissociável entre ‘a prática e a reflexão’. Diante disso, construímos o projeto de intervenção e o experimentamos durante a realização das intervenções, tendo como objetivo central a reformulação democrática e participativa do projeto político pedagógico da escola, visando uma melhor qualidade da educação ofertada para os estudantes, tendo em vista que eles são os principais personagens do processo escolar.

Com a realização deste estágio emergiu algumas questões de extrema importância para minha prática pedagógica, uma delas foi a percepção de que o gestor, ou melhor a gestão não deve desenvolver suas ações pedagógicas diárias sem uma proposta, materializada e vivenciada, coerente com a realidade escolar levando em consideração as necessidades de todo o público da escola.

Ademais não se pode criar programas, metas e demais atitudes didáticas sem estarem articuladas ao plano de ensino e aprendizagem que o PPP propõe. Nessa direção, entendo que “o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas” (PIMENTA, 2005/2006, p. 6), sendo então, um ato de pesquisa, como também experiência formativa.

REFERÊNCIAS

- FRANCO, Maria Laura. **Pesquisa Qualitativa: análise de Conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber livro editora, 2008.
- LUCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional** Heloísa Luck. 9.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Série: Cadernos de Gestão.
- LUDKE, Menga. e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poésis- Volume 3, Número 3 e 4, p.3-24, 2005/2006.
- VEIGA, ILMA PASSOS ALENCASTRO. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.